

## **Avaliação de Políticas Públicas: A Lei Anti-Fumo**

Partiremos com base no modelo de Lasswell e somadas as contribuições feitas por alguns autores para aprimorar os estágios apresentados inicialmente pelo autor. Dessa maneira, embora impreciso, o modelo foi muito influente no desenvolvimento do campo de estudo de políticas públicas. O estabelecimento desses estágios contribuiu analiticamente para um processo complexo em diversos momentos. A somatória dessas contribuições dos autores, resumidamente, são: agenda-setting: corresponde ao estágio embrionário de uma política pública, quando algo chama atenção do governo; formulação: estágio seguinte à agenda, no qual o governo formula as opções de ação para um problema; decisão: durante o processo de decisão, o governo estabelece qual será o curso de ação (ou não-ação) adotado para lidar com o problema; implementação: estágio em que é colocada em prática a decisão tomada; e avaliação: fase em que os resultados da política são monitorados pelo governo e por atores sociais. Assim sendo, essa política pode ser dada como finalizada (se seus objetivos foram satisfatórios) ou se torna objeto de reconceitualização (quando se volta ao estágio inicial).

A política pública escolhida para o trabalho será a Lei Anti-fumo do Estado de São Paulo (*Lei 13.541 de 07 de maio de 2009*), especificamente, e a etapa escolhida segundo o modelo de Lasswell será a avaliação. O foco do nosso trabalho será a avaliação dos impactos dessa recente lei na vida dos cidadãos. A Lei escolhida nos remete a muitos dados interessantes, que procuraremos analisar com ênfase na avaliação da política, ou seja, buscaremos comparar as expectativas no momento da criação da lei com alguns dos resultados, de maneira mais simples, vamos tentar descobrir se a política foi bem sucedida ou transformou-se num fracasso. Para ilustrar brevemente alguns dos resultados podemos citar um efeito positivo na vida dos cidadãos, o alto índice de cumprimento da lei, mostra que é uma política pública extremamente eficaz, seus resultados são comprovados com os dados. O Estado efetou 110.197 ações de fiscalização no Estado, que resultaram em 405 multas, o que demonstra que 99,6% dos estabelecimentos cumprem a Lei Anti-fumo.

Gustavo Watanabe  
Francisco Matelli